

MISSÃO INSTITUCIONAL

Prestar assistência de excelência e referência com responsabilidade social, formar recursos humanos e gerar conhecimentos, atuando decisivamente na transformação de realidades e no desenvolvimento pleno da cidadania.

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

**PS 49 – ADVOGADO
(Trabalhista)**

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

Planejamento e Execução:



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS e do HCPA.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 49

ADVOGADO (Trabalhista)

| | |
|-----|----------|
| 1. | A |
| 2. | C |
| 3. | E |
| 4. | D |
| 5. | B |
| 6. | C |
| 7. | E |
| 8. | A |
| 9. | A |
| 10. | E |

| | |
|-----|----------|
| 11. | D |
| 12. | D |
| 13. | C |
| 14. | A |
| 15. | C |
| 16. | A |
| 17. | C |
| 18. | C |
| 19. | E |
| 20. | D |

| | |
|-----|----------|
| 21. | B |
| 22. | B |
| 23. | C |
| 24. | ANULADA |
| 25. | C |
| 26. | B |
| 27. | E |
| 28. | A |
| 29. | C |
| 30. | D |

| | |
|-----|----------|
| 31. | E |
| 32. | D |
| 33. | A |
| 34. | A |
| 35. | A |
| 36. | D |
| 37. | E |
| 38. | E |
| 39. | B |
| 40. | B |

EDITAL Nº 05/2006 DE PROCESSOS SELETIVOS

PS 49 – ADVOGADO (Trabalhista)

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este CADERNO DE PROVA corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
2. Esta PROVA consta de 40 questões objetivas, valendo 0,2 ponto cada uma, e de uma redação, valendo 2,0 pontos.
3. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
4. Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta.
5. Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas na FOLHA DE RESPOSTAS a partir da questão 41 serão desconsideradas.
6. Utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta para assinalar as respostas das questões objetivas na FOLHA DE RESPOSTAS e para transcrever a REDAÇÃO na FOLHA DE REDAÇÃO.
7. Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem e calculadora.
8. Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS e a FOLHA DE REDAÇÃO ao Fiscal da sala.
9. A duração da prova é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS das questões objetivas e à transcrição da redação na FOLHA DE REDAÇÃO. Ao final desse prazo, ambas as folhas serão **imediatamente** recolhidas.
10. O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorrida 1 (uma) hora do seu início.
11. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

01. Assinale a afirmativa correta.

- (A) O concessionário de serviço público pode promover desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, se previsto no edital e no contrato de concessão.
- (B) O concessionário não pode exercer poder de polícia, nem mesmo no que concerne aos bens vinculados à prestação do serviço.
- (C) O concessionário está impedido de fazer subconcessões.
- (D) As concessionárias, nos contratos de financiamento, não podem oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão.
- (E) As concessionárias de serviço público estão obrigadas a oferecer aos usuários, no mínimo, 8 (oito) datas opcionais para vencimento de seus débitos.

02. Considerando o Princípio da Legalidade, em uma concepção rígida, analise as seguintes afirmações.

- I - A administração não é mera executora da lei.
- II - Só se admite esse princípio em atos estritamente vinculados.
- III - Esse princípio predomina sobre os demais princípios em razão do interesse público.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

03. Quanto à anulação do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Seus efeitos são *ex nunc*.
- (B) Seus efeitos são os mesmos da revogação.
- (C) Somente pode ser procedida pelo Poder Judiciário.
- (D) Nunca pode ser procedida pelo Poder Executivo.
- (E) Pode ser procedida tanto pelo Poder Executivo como pelo Poder Judiciário.

04. É correto afirmar, quanto à empresa pública, que

- (A) ela não sofre controle administrativo.
- (B) ela tem, a exemplo do que ocorre com as autarquias, imunidade tributária.
- (C) a investidura em seus cargos públicos de carreira depende de aprovação em concurso público.
- (D) as decisões dirigentes embora de natureza privada, equiparam-se a atos de autoridade para efeito de ajuizamento de ação civil pública.
- (E) as prestadoras de serviço público dispõem de poderes regulatórios.

05. Sobre as fundações públicas, analise as afirmações abaixo.

- I - Cabe à lei ordinária definir as áreas de atuação.
- II - O Poder Público pode aplicar às fundações públicas de direito privado regras especiais, exorbitantes do Código Civil, desde que assim entenda conveniente.
- III - Os contratos celebrados pelas fundações públicas de direito privado não precisam ser precedidos de licitação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

06. Sobre delegação de competência, pode-se afirmar que

- I - a decisão de atos de caráter normativo não pode ser delegada.
- II - é ato que, como regra, não precisa ser publicado em meio oficial.
- III - o ato de delegação é revogável a qualquer tempo, ainda que antes de findo o prazo de duração fixado previamente.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

07. Assinale a afirmativa **INCORRETA** em relação às pessoas jurídicas.

- (A) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado continua, no novo Código Civil, dependendo da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- (B) A fundação privada é uma pessoa jurídica composta pela organização de um patrimônio, destacado pelo seu instituidor para uma finalidade específica.
- (C) As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não-econômicos.
- (D) As sociedades são organizações com fins lucrativos, podendo ser personificadas ou não-personificadas.
- (E) Na constituição das associações, o novo Código Civil não permite, em nenhuma hipótese, que haja previsão estatutária instituindo categorias de associados com vantagens especiais.

08. Em relação aos atos ilícitos, considere as seguintes afirmações.

- I - Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- II - Constitui ato ilícito a destruição da coisa alheia ou a lesão à pessoa, mesmo com o fim de remover perigo iminente e cujas circunstâncias exijam tal ato para a remoção do perigo.
- III - Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim, econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

09. Acerca da validade dos negócios jurídicos, analise as seguintes afirmações.

- I - A nulidade absoluta é de ordem pública, pode ser argüida a qualquer tempo, por qualquer pessoa, e não se sujeita à prescrição, não podendo, ainda, o negócio ser convalidado ou ratificado.
- II - O negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro, e pode se convalidar pela revogação da exigência legal.
- III - A nulidade relativa pode ser reclamada por qualquer pessoa, considerando a prescrição.
- IV - Se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, não subsistirá este, mesmo quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido se houvessem previsto a nulidade.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

10. Acerca da responsabilidade civil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A ausência do nexo de causalidade, a culpa exclusiva da vítima e a legítima defesa são excludentes da responsabilidade civil.
- (B) A obrigação de requerer o dano independe de culpa quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano, por sua natureza, for de risco para os direitos de terceiros.
- (C) A indenização é medida pela extensão do dano, porém, se houver excessiva desproporção entre o dano e a gravidade da culpa, poderá o juiz reduzir o seu valor.
- (D) O incapaz responderá diretamente pelos prejuízos que causar se os responsáveis não dispuserem de meios suficientes.
- (E) O caso fortuito ou a força maior não afastam, em nenhuma hipótese, a responsabilidade civil.

11. A respeito de Jurisdição e Competência, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de incompetência do juízo, os atos decisórios praticados até a decretação da incompetência são anuláveis, podendo ser convalidados.
- (B) A competência é absoluta quando fixada em razão da matéria, do território e da pessoa.
- (C) A competência é fixada no momento da propositura da ação, podendo, no entanto, sempre ser alterada pela ocorrência de quaisquer modificações de fato ou de direito ocorridas posteriormente, inclusive pela mudança do domicílio das partes.
- (D) A incompetência absoluta pode ser argüida no desenrolar do processo, em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (E) Não pode o Ministério Público suscitar conflito de competência, uma vez que não é parte da relação processual.

12. Analise as afirmações abaixo, relativas à intervenção de terceiros no Processo Civil.

- I - A intervenção de terceiros por meio de oposição, mesmo se oferecida após iniciada a audiência, deverá ser apensada aos autos principais, correndo simultaneamente à ação.
- II - O réu, na condição de fiador, ou se for um dos devedores, poderá chamar terceiros ao processo.
- III - A nomeação à autoria ocorre quando proposta a demanda judicial e o réu alegar que não possui a coisa em nome próprio, indicando o proprietário ou o possuidor contra quem deveria se dirigir a ação.
- IV - Em nenhuma situação, a denunciação da lide é obrigatória, cabendo ao autor ou ao réu, em qualquer hipótese, decidirem sobre a conveniência de fazê-lo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III e IV.

13. Analise as afirmações abaixo, concernentes aos recursos no Processo Civil.

- I - Não caberá embargos infringentes em decisão (acórdão) proferida em recurso de apelação cível que mantém a sentença de mérito de primeiro grau por maioria de votos.
- II - O recurso cabível em decisão de Turma Recursal, proferida em recurso de apelação cível que modifica a sentença de mérito de primeiro grau por maioria de votos, é denominado embargos de divergência.
- III - Os recursos Especial e Extraordinário possuem efeito devolutivo e suspensivo.
- IV - Não é possível a interposição de recurso especial para exame de prova não apresentada pela parte na instrução da ação ordinária.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III e IV.

14. No que concerne ao processo de execução no Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sentença condenatória proferida em juízo cível e a sentença homologatória de transação são títulos judiciais.
- (B) O Ministério Público, em nenhuma hipótese, tem legitimidade para promover a execução forçada.
- (C) O novo devedor, mesmo que, com o consentimento do credor, tenha assumido a obrigação resultante do título executado, não poderá ser sujeito passivo no processo de execução.
- (D) O instrumento de transação extrajudicial, desde que referendado pelo Ministério Público, ou pela Defensoria Pública, é considerado Título Executivo Judicial.
- (E) O Ministério Público só tem legitimidade para promover a execução forçada em Mandado de Segurança.

15. Considere as afirmações abaixo.

- I - Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Poder Constituinte Derivado Revisor manifestou-se uma única vez, por meio de seis Emendas de Revisão.
- II - Segundo a Constituição Federal vigente, ao Poder Constituinte Derivado Reformador não ficou estabelecida uma única manifestação e nem foram fixadas limitações materiais, submetendo-se esse Poder apenas a limitações circunstanciais.
- III - As manifestações do Poder Constituinte Derivado Reformador não estão submetidas ao controle difuso e concentrado de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.
- IV - A norma introduzida na Constituição Federal por meio de manifestação do Poder Reformador tem a natureza de norma constitucional com a mesma posição hierárquica das normas originárias.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas II e IV.

16. Assinale a afirmativa **INCORRETA** relativamente à competência de legislar.

- (A) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades, não suspendendo a eficácia da lei estadual, em nenhuma hipótese, a superveniência de lei federal.
- (B) Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislarem sobre questões específicas de matérias cuja competência é privativa da União.
- (C) É competência privativa da União legislar sobre populações indígenas.
- (D) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- (E) Compete à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

17. Em relação às normas constitucionais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considerando-se a Teoria da Recepção, uma lei anterior à Constituição continua válida somente se for ratificada pelo Poder Constituinte originário.
- (B) A Teoria da Recepção ensina que as leis anteriores à Constituição somente terão validade se forem repristinadas.
- (C) São normas de eficácia contida aquelas em que o legislador constituinte regula suficientemente os interesses relativos à determinada matéria, mas deixa margem à atuação restritiva por parte do legislador infraconstitucional.
- (D) É de eficácia limitada a norma constitucional que não produz qualquer efeito antes da norma integrativa infraconstitucional.
- (E) As normas constitucionais que dispõem sobre os "remédios constitucionais" são normas constitucionais de eficácia limitada.

18. Em relação à ação declaratória de constitucionalidade, analise as afirmações abaixo.

- I - O Supremo Tribunal Federal tem competência originária, mas não exclusiva, para o julgamento da ação declaratória de constitucionalidade.
- II - A decisão de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei terá eficácia *erga omnes* e produzirá efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.
- III - Leis ou atos normativos municipais não podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.
- IV - A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados, pela Mesa da Assembleia Legislativa, pelo Governador do Estado, pelo Prefeito Municipal, pelo Procurador-Geral da República, pelo Conselho Federal da OAB, por partido político e por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

19. Assinale a afirmativa correta quanto ao Mandado de Segurança.

- (A) O Mandado de Segurança pode ser utilizado para amparar somente os direitos constitucionalmente assegurados.
- (B) O Mandado de Segurança coletivo não serve para tutelar direitos subjetivos individuais dos membros das instituições legitimadas, mas somente para a defesa de direitos difusos e coletivos.
- (C) O prazo de decadência para impetração do Mandado de Segurança é de 180 dias, após a ciência pelo interessado da ocorrência da lesão ou da ameaça de lesão.
- (D) A manifestação do Ministério Público não é necessária nos autos do Mandado de Segurança.
- (E) Admite-se que entidades sem personalidade jurídica, mas dotadas de capacidade processual, e entidades públicas possam impetrar Mandado de Segurança.

20. Em conformidade com o Direito do Trabalho, analise as afirmações abaixo, relativas à figura do empregado e do empregador.

- I - Empregado é toda pessoa física ou jurídica que presta serviços de forma permanente a um empregador, com subordinação e mediante uma contraprestação pecuniária.
- II - Empregador pode ser pessoa física ou jurídica que se utilize de trabalhadores subordinados, prestando serviços contínuos, mediante pagamento de salários.
- III - Configura-se como empregado, o trabalhador, pessoa física, que presta serviços eventuais.
- IV - A pessoa física contratada por uma pessoa jurídica, por prazo determinado, é considerada empregado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

21. Em relação ao contrato individual de trabalho, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O contrato de experiência é uma das modalidades de contrato por prazo determinado.
- (B) O contrato por prazo determinado pode ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito.
- (C) O contrato de trabalho por prazo determinado que for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar por prazo indeterminado.
- (D) O contrato por prazo determinado que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado entre o mesmo empregador e o mesmo empregado será considerado como de prazo indeterminado, excetuadas as situações previstas na lei.
- (E) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de dois anos, incluindo-se, nesse tempo, eventual prorrogação.

22. Assinale a afirmativa **INCORRETA** em relação à duração do trabalho.

- (A) Entre duas jornadas de trabalho, deve haver um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.
- (B) Excetuando-se as situações especiais previstas na lei, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 (seis) horas deverá haver um intervalo de, no mínimo, 1 (uma) hora, o qual deverá ocorrer necessariamente a partir da sexta hora.
- (C) Quando a jornada de trabalho não ultrapassar 6 (seis) horas e for maior que 4 (quatro) horas, deverá haver um intervalo de 15 (quinze) minutos.
- (D) Quando, na jornada de trabalho que exceda de 6 (seis) horas, não for concedido intervalo para repouso e alimentação pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- (E) O horário noturno para os trabalhadores urbanos compreende o período entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo cada hora computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

23. Em relação aos adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A legislação prevê a concessão do adicional de insalubridade em graus mínimo, médio e máximo, nos percentuais de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) respectivamente, calculados sobre o salário mínimo.
- (B) O adicional de periculosidade é devido no percentual de 30% (trinta por cento), calculado sobre o salário do empregado sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.
- (C) Regulamentações específicas estabelecem as condições da concessão do adicional de periculosidade para os empregados do setor de energia e para os detentores de empregos de vigilante, mesmo que não tenham contato com inflamáveis ou explosivos e não tenham nenhum vínculo com o setor de energia elétrica.
- (D) Aos empregados que desempenham atividades consideradas perigosas por implicarem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado, é devido o adicional de periculosidade.
- (E) Não serão concedidos cumulativamente os adicionais de periculosidade e de insalubridade, podendo, o empregado, nesse caso, optar por perceber um dos adicionais.

24. Um empregado foi admitido em uma empresa em 06-3-2004 e foi demitido, sem justa causa, em 22-6-2005, sem ter recebido o aviso prévio, tendo-lhe sido comunicado que, a partir desse dia, não deveria mais comparecer ao trabalho (aviso prévio indenizado).

O que lhe seria devido, entre as parcelas rescisórias, a título de 13^o proporcional e de férias proporcionais (sem considerar o abono que incidirá sobre as parcelas)?

- (A) 6/12 (seis doze avos) de 13^o proporcional e 3/12 (três doze avos) de férias proporcionais.
- (B) 7/12 (sete doze avos) de 13^o proporcional e 4/12 (quatro doze avos) de férias proporcionais.
- (C) 7/12 (sete doze avos) de 13^o proporcional e 7/12 (sete doze avos) de férias proporcionais.
- (D) 8/12 (oito doze avos) de 13^o proporcional e 4/12 (quatro doze avos) de férias proporcionais.
- (E) 8/12 (oito doze avos) de 13^o proporcional e 5/12 (cinco doze avos) de férias proporcionais.

25. Em relação ao salário, analise as afirmações abaixo.

- I - É absoluta a regra da impenhorabilidade dos salários, não se admitindo nenhuma situação de exceção.
- II - A participação nos lucros ou nos resultados da empresa pode ser penhorada, pois não possui natureza jurídica de salário.
- III - O empregador não poderá pagar menos que um salário mínimo para o empregado menor de 18 anos, exceto para o menor aprendiz.
- IV - A única espécie de salário mínimo admitida pela legislação trabalhista nacional é o salário mínimo mensal, inadmitindo-se o diário e o horário.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

26. Relativamente às férias do empregado, examine as afirmações abaixo.

- I - O empregador que conceder férias ao empregado após transcorrido o período concessivo, é obrigado a pagá-las em dobro.
- II - É prerrogativa do empregador decidir pela conversão de 1/3 (um terço) do período das férias do empregado em abono pecuniário.
- III - As férias coletivas poderão ser concedidas a todos os empregados da empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa.
- IV - As férias coletivas só poderão ocorrer uma única vez ao ano, ficando proibido o parcelamento das férias do empregado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

27 Relativamente a convenções coletivas e dissídio coletivo, analise as seguintes afirmações.

- I - Convenção coletiva é o acordo de caráter normativo pelo qual dois sindicatos por região, representativos de categorias exclusivamente profissionais, estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações de trabalho.
- II - O prazo máximo que pode ser estipulado para a duração de convenção coletiva é de 1 (um) ano.
- III - Aos contratos individuais de trabalho, em vigor à época da celebração da convenção coletiva, no que couber, incidirão as cláusulas constantes da convenção.
- IV - Havendo convenção anterior, novo processo de dissídio coletivo deve ser instaurado dentro dos 60 (sessenta) dias que precedem seu termo final.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

28. No que concerne às "exceções" no Processo Trabalhista, analise as afirmações abaixo.

- I - Denomina-se excipiente e exceto, respectivamente, aquele que opõe a exceção e aquele contra quem é oposta.
- II - As exceções que não forem de suspeição ou de incompetência serão alegadas pela parte como matéria de defesa.
- III - No Processo Trabalhista, todas as exceções devem ser oferecidas em autos apartados, como no Processo Civil.
- IV - Na Justiça do Trabalho, a oposição de exceções de incompetência e de suspeição não suspendem o andamento do processo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

29. Examine as seguintes afirmações em relação à ação rescisória na Justiça do Trabalho.

- I - Na petição inicial da ação rescisória, o autor deverá sempre cumular os pedidos de *judicium rescindens* e de *judicium rescissorium*.
- II - O direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão rescindenda, sendo o prazo decadencial.
- III - Cabe ação rescisória para desconstituir sentença homologatória de cálculo de liquidação que violar literal disposição de lei ou ofender a coisa julgada.
- IV - A sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida com o fundamento de contrariar jurisprudência de Tribunal do Trabalho.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

30. Relativamente à "ação de consignação em pagamento" na Justiça do Trabalho, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) É utilizada para exonerar o empregador de efetuar o pagamento de juros e de correção monetária ao empregado.
- (B) É utilizada para evitar o risco de o empregador ter que pagar multa, caso o empregado se recuse a receber os valores devidos quando da rescisão do contrato de trabalho.
- (C) O empregado notificado na ação poderá recusar-se a receber o montante, alegando, em sua contestação, não ter havido recusa em receber, ou que o depósito não é integral.
- (D) O empregado notificado na ação terá sempre que oferecer contestação, mesmo que concorde com o pedido do empregador e com o montante a ser pago.
- (E) O devedor será considerado em mora caso seja acolhida a defesa do empregado.

31. Em relação aos agravos no Processo Trabalhista, analise as afirmações abaixo.

- I - Para interposição de agravo de instrumento, é necessário o depósito de custas.
- II - Cabe agravo de instrumento nos despachos e decisões proferidos nas execuções.
- III - O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição não suspende a execução da sentença.
- IV - Das decisões de Juiz do Trabalho, nas execuções, cabe agravo de petição.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas III e IV.

32. Assinale a afirmativa **INCORRETA**, considerando os recursos no Processo Trabalhista.

- (A) A juntada de documentos na fase recursal ordinária só é possível quando devidamente comprovado o absoluto impedimento para sua apresentação na fase oportuna ou quando se referir a fato posterior à sentença.
- (B) O recurso ordinário devolve ao juízo *ad quem* todas as questões recorridas de fato e de direito, o que não ocorre com o recurso de revista, pois só devolve as questões de direito (*questio juris*).
- (C) O primeiro juízo de admissibilidade do recurso ordinário é proferido pelo próprio juízo que proferiu a sentença recorrida.
- (D) No processo trabalhista, os termos "negar seguimento ao recurso" e "negar provimento" têm o mesmo significado e possibilitam as mesmas medidas recursais.
- (E) Caberá agravo regimental perante os TRTs em despacho que suspenda execução de liminar.

33. Relativamente ao recurso ordinário e ao recurso de revista, analise as afirmações abaixo.

- I - Poderá a parte parcialmente sucumbente em reclamatória trabalhista interpor recurso adesivo, dentro de 8 (oito) dias da intimação, para apresentar contra-razões ao recurso ordinário da outra parte.
- II - Somente caberá recurso de revista da decisão em agravo de petição que afronte direta e literalmente normas da Constituição Federal.
- III - É cabível o recurso de revista das decisões proferidas em recurso ordinário que contrariam jurisprudência do mesmo Tribunal.
- IV - É cabível interpor recurso ordinário de decisão prolatada em exceção de incompetência em razão do lugar.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III e IV.

34. Acerca do Direito Previdenciário, considere as seguintes afirmações.

- I - O direito da Previdência Social de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para seus beneficiários, nos termos do artigo 103 da Lei nº 8.213/91, decai em 5 (cinco) anos, incidindo na regra geral atinente aos atos administrativos.
- II - Pela regra geral do artigo 104, *caput*, da Lei nº 8.213/91, as ações relativas à prestação por acidente do trabalho prescrevem em 3 (três) anos.
- III - A apresentação de documentação incompleta não é justa causa para recusa do requerimento de benefício.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

35. Assinale a afirmativa correta sobre Direito Previdenciário.

- (A) O INSS poderia arrecadar e fiscalizar hipotética contribuição por lei devida ao INCRA.
- (B) O direito da Seguridade Social de apurar e constituir seus créditos extingue-se em 3 (três) anos, nos termos do artigo 45, *caput*, da Lei nº 8.212/91.
- (C) Como regra geral, a empresa não é obrigada a informar mensalmente o INSS a respeito dos valores que recolheu, relacionados aos fatos geradores de contribuição previdenciária.
- (D) Pela Teoria dos "5 + 5", a Seguridade Social tem 5 (cinco) anos para constituir seu crédito e mais 5 (cinco) anos para cobrá-lo.
- (E) Todas as contribuições a que faz referência o artigo 195 da Constituição Federal devem ser instituídas por meio de Lei Complementar.

36. Nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.212/91, é correto afirmar que é considerado segurado

- (A) obrigatório, como empregado, aquele que presta serviço de natureza urbana, ainda que eventualmente e sem vínculo de subordinação.
- (B) facultativo, como empregado doméstico, aquele que presta serviço de natureza contínua à pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
- (C) facultativo, como empregado, o exercente de cargo eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio.
- (D) obrigatório, como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- (E) facultativo, o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em agência de empresa nacional no exterior.

37. Sobre a contribuição previdenciária a cargo da empresa, pode-se afirmar que é de

- I - 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, destinadas a retribuir o trabalho, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestam serviços.
- II - 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestam serviços.
- III - 15% (quinze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

38. Assinale a afirmativa correta.

- (A) O auxílio-acidente tem natureza remuneratória substitutiva pela prestação de um serviço com grande risco à saúde física e mental do empregado.
- (B) Somente será devido o auxílio-acidente se ficar comprovada a invalidez permanente para o exercício de todo e qualquer trabalho.
- (C) Não existe distinção ontológica entre auxílio-acidente e auxílio-doença, cabendo ao juiz usar a denominação que melhor se enquadrar ao caso concreto.
- (D) Como regra geral do artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.213/91, não há exigência de carência à concessão de auxílio-acidente, exceto para os casos de segurados facultativos.
- (E) O auxílio-acidente somente poderá ser criado com a correspondente fonte de custeio total.

39. Analise as seguintes afirmações.

- I - Com a alteração dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 86 da Lei nº 8.213/91, efetivada pela Lei nº 9.528/97, o auxílio-acidente passou a ter caráter vitalício, em homenagem ao princípio da dignidade da pessoa humana.
- II - Como regra geral do parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº 8.213/91, o valor do auxílio-acidente é de 50% do salário-benefício.
- III - O auxílio-acidente não será devido nos casos de redução da capacidade para o trabalho que era habitualmente exercido que acarrete a exigência de maior esforço para o desempenho da mesma atividade exercida à época do acidente.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

40. Analise as seguintes afirmações.

- I - O princípio da preservação real do valor dos benefícios garante que as rendas e os benefícios pagos pela Seguridade Social, independentes do seu valor, tenham o mesmo índice de reajuste do salário mínimo.
- II - O Poder Público, ao organizar a Seguridade Social, tem, dentre os seus objetivos, garantir seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- III - Todas as entidades beneficentes de assistência social são isentas de contribuição para a Seguridade Social.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II e III.

REDAÇÃO

O fato de a humanidade ter acrescentado 29 anos à sua expectativa de vida é a maior conquista do século XX e o grande desafio do século XXI. Em muitos países, persiste a mentalidade de que a população é predominantemente jovem. O sistema de saúde e a infra-estrutura urbana não levam em consideração o aumento acelerado de pessoas na terceira idade.

Para 2050, projeta-se que o número de idosos no mundo seja equivalente ao de jovens. É preciso que as sociedades se preparem para essa mudança, não somente no sentido de evitar que o sistema previdenciário dos países entre em colapso, mas também para garantir a participação ativa do idoso na sociedade. É preciso responder com medidas práticas, no transporte público, na arquitetura urbana, no sistema de saúde, etc. Para dar um exemplo, um hospital preparado para atender o idoso deve ter facilidade de acesso aos quartos, sinalização clara, uma sala de espera confortável e banheiros adequados, além, é claro, de profissionais bem treinados.

(Adaptado de entrevista com Alexandre Kalache. *Veja*, 06 de julho de 2005, p. 11-15)

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuem ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

(Lei N.º 10.741, de 1º de outubro de 2003)

Você deverá produzir uma redação sobre o seguinte tema: **ações que as autoridades e os cidadãos brasileiros podem realizar no sentido de concretizar os direitos previstos para os idosos.**

Para desenvolvê-la, procure reunir argumentos em torno do tema proposto, podendo utilizar-se, como subsídio, das informações acima oferecidas.

Observe que o texto a ser elaborado caracteriza-se como uma dissertação, isto é, deve apresentar argumentação consistente em favor de um ponto de vista claramente explicitado. Além do caráter argumentativo, estarão sob avaliação aspectos responsáveis pela coerência e pela coesão do texto, bem como a observância das regras de expressão da norma escrita do português brasileiro.

Sua redação deverá ter, no mínimo, 30 e, no máximo, 60 linhas. Utilize lápis apenas no rascunho; a versão final do texto deverá ser escrita a caneta, na folha própria para a redação, com letra legível, de tamanho regular.

R
A
S
C
U
N
H
O

R

A

S

C

U

N

H

O

R

A

S

C

U

N

H

O